

SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL URBANA E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS NO CONJUNTO HABITACIONAL PÉ DO MORRO, MONTE ALEGRE DO PIAUÍ

Edione Barreira Valente¹

Miler Pereira Alves²

Kaíse Barbosa de Souza³

RESUMO

O espaço urbano em Monte Alegre do Piauí reflete as dinâmicas sociais e econômicas que afetam a qualidade de vida dos moradores, especialmente no Conjunto Habitacional Pé do Morro. Este estudo visou analisar as condições de infraestrutura e os impactos ambientais e sociais da segregação urbana na área. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória com enfoque quantitativo e qualitativo, utilizando-se um checklist detalhado para observar aspectos como saneamento básico, abastecimento de água e acesso a serviços públicos. Visitas de campo, registros fotográficos, imagens de satélite e consulta a documentos municipais complementaram a análise. Os resultados revelaram a inexistência de rede de esgoto, descarte irregular de resíduos sólidos e deficiências na coleta de lixo, expondo a população a riscos sanitários e ambientais. A precariedade no abastecimento de água e a ausência de drenagem urbana agravam a situação, perpetuando a exclusão social e os problemas de saúde pública. Conclui-se que há uma necessidade urgente de políticas públicas que promovam a universalização do saneamento básico e a melhoria das condições de vida na região.

Palavras-chave: Políticas publicas; urbanização; grupos vulneráveis, Geografia espacial

ABSTRACT

The urban space in Monte Alegre do Piauí reflects the social and economic dynamics that affect the quality of life of residents, especially in the Pé do Morro Housing Complex. This study aimed to analyze the infrastructure conditions and the environmental and social impacts of urban segregation in the area. To this end, a descriptive and exploratory study was conducted with a quantitative and qualitative focus, using a detailed checklist to observe aspects such as basic sanitation, water supply and access to public services. Field visits, photographic captures, satellite images and consultation of municipal documents complemented the analysis. The results revealed the lack of a sewage network, irregular disposal of solid waste and deficiencies in garbage collection, exposing the population to health and environmental risks. The precarious water supply and the absence of urban drainage aggravate the situation, perpetuating social exclusion and public health problems. It is concluded that there is an urgent need for public policies that promote the universalization of basic sanitation and the improvement of living conditions in the region.

Keywords: Public policies; urbanization; vulnerable groups, spatial geography,

Data de aprovação: 03/12/2024

¹ Graduando em Gestão Ambiental. Instituto Federal do Piauí Campus Corrente. Edionevalente50@gmail.com.

²Urbanista (UNEB), gestor ambiental (Universidade Estácio de Sá), especialista em gestão ambiental (FTC) e mestre em gestão e regulação de recursos hídricos (UFBA). Professor do Instituto Federal do Piauí. E-mail: miler.alves@ifpi.edu.br.

³Engenheira Florestal – UFPI; Mestre em Solos e Nutrição de Plantas – UFPI; Doutora em Ciências Florestais - UFES. Email: kaisesouza172@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica de transformação dos espaços urbanos tem sido marcada por processos de crescimento acelerado e frequentemente desordenado, gerando uma série de problemas estruturais. Esse desenvolvimento desorganizado resulta em deficiências em serviços essenciais, como saneamento e infraestrutura, impactando negativamente a saúde pública e sobrecarregando áreas de maior vulnerabilidade social. A organização espacial das cidades, com suas partes interligadas, exige uma abordagem de gestão que compreenda e integre essas interdependências para garantir o bom funcionamento dos serviços urbanos.

Conforme destaca Rolnik (2019), o Brasil, que atualmente possui uma grande parcela de sua população vivendo em áreas urbanas, enfrenta enormes desafios devido à rápida expansão das cidades. O crescimento desordenado tem gerado desigualdades socioespaciais, refletidas principalmente nas periferias e favelas, onde a oferta de infraestrutura e serviços básicos é insuficiente ou inexistente. Em áreas de exclusão social, apesar da capacidade de transformação urbana desses grupos, faltam políticas públicas que promovam a inclusão e reduzam as desigualdades.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 6º, os direitos sociais fundamentais que garantem uma vida digna a todos os cidadãos, incluindo a moradia, a saúde, a educação, o transporte, a segurança e o saneamento básico. Esses direitos são essenciais para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da justiça social. No entanto, a ausência de políticas públicas efetivas e a precariedade na oferta desses direitos em áreas urbanas vulneráveis, como o Conjunto Habitacional Pé do Morro, evidenciam a distância entre os princípios constitucionais e a realidade vivida por essas populações.

Segundo Reardon (2011), as desigualdades no contexto da segregação residencial urbana são amplificadas pela separação espacial entre diferentes grupos sociais, o que cria barreiras significativas ao acesso a recursos, serviços e oportunidades. Ele destaca que a segregação não é apenas uma consequência das disparidades econômicas, mas também um mecanismo que perpetua essas desigualdades ao concentrar desvantagens em determinados territórios e limitar a mobilidade social dos grupos marginalizados. Dessa forma, a segregação residencial torna-se uma peça central para compreender como as desigualdades socioeconômicas se reproduzem e se consolidam no espaço urbano.

De acordo com Maloutas e Fujita (2012), a segregação refere-se ao processo de separação espacial entre grupos sociais distintos dentro do espaço urbano, resultando na concentração de indivíduos com características socioeconômicas semelhantes em áreas específicas. Esse fenômeno é determinado por fatores como renda, classe social, raça e etnia, e é amplificado pelas dinâmicas do mercado imobiliário, políticas públicas e estruturas sociais. A segregação não é apenas uma manifestação espacial das desigualdades, mas também um mecanismo que perpetua barreiras ao acesso a recursos e oportunidades, contribuindo para a reprodução das desigualdades socioeconômicas no ambiente urbano.

Neste contexto, o presente estudo investiga as condições de infraestrutura e serviços públicos em um conjunto habitacional específico, buscando identificar o impacto da segregação urbana na qualidade de vida de seus moradores. Esta pesquisa é justificada pela necessidade de compreender e avaliar as condições de infraestrutura e serviços públicos, bem como os impactos ambientais e sociais no Conjunto Habitacional. Em um contexto de segregação urbana, onde comunidades vulneráveis frequentemente enfrentam desafios significativos relacionados ao acesso a serviços essenciais, é fundamental investigar como essas condições afetam a qualidade de vida dos moradores.

A pesquisa aborda a relação entre segregação socioespacial e vulnerabilidade socioambiental no Conjunto Habitacional Pé do Morro, destacando como a separação de grupos sociais em áreas periféricas resulta na concentração de especificidade, como a falta de

saneamento, transporte e acesso a serviços essenciais. Essa segregação amplifica as desigualdades, expondo os moradores a riscos ambientais e sociais devido à ausência de políticas públicas efetivas e à localização isolada. O estudo investiga como essas condições estruturais impactam a qualidade de vida e perpetuam a exclusão social na área.

Ela é fundamental para compreender como a segregação socioespacial contribui para a perpetuação das desigualdades e vulnerabilidades socioambientais, oferecendo uma análise detalhada das condições estruturais e de exclusão vividas pelos moradores do Conjunto Habitacional Pé do Morro. Ela destaca as deficiências em infraestrutura e serviços básicos, permitindo identificar os impactos dessa realidade na qualidade de vida da população. Além disso, a pesquisa serve como base para orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes, capazes de promover a integração urbana, reduzir desigualdades e garantir melhores condições de vida para comunidades vulneráveis.

Este trabalho teve por objetivos: 1) Avaliar os impactos socioambientais da segregação residencial urbana no Conjunto Habitacional Pé do Morro; 2) Analisar a disponibilidade de infraestrutura básica de saneamento, abastecimento de água, transporte e acesso a serviços de saúde e educação, discutindo as implicações na qualidade de vida dos moradores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço geográfico está em constante transformação, refletindo as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais que o afetam. Um exemplo significativo dessa mudança é o espaço urbano, que frequentemente sofre com o crescimento desordenado das cidades. Esse desenvolvimento acelerado e muitas vezes caótico traz à tona uma série de problemas evidentes ao longo do tempo. Entre as principais consequências estão os problemas de saúde pública, os reflexos negativos nos sistemas de saneamento básico e a infraestrutura inadequada.

A falta de planejamento urbano pode levar a uma sobrecarga dos serviços essenciais e ao surgimento de áreas de vulnerabilidade social. Além disso, é importante destacar que o espaço urbano é fragmentado, com suas diversas partes interligadas e interdependentes. Como apontado Corrêa (2000), a complexidade do espaço urbano não deve ser ignorada, pois suas partes mantêm relações intrínsecas que afetam o funcionamento geral da cidade. Portanto, a compreensão e a gestão eficaz desse espaço exigem uma abordagem integrada e uma visão holística que considere a interconexão entre as diversas dimensões urbanas.

Em 2022, aproximadamente 88% da população brasileira vivia em áreas urbanas (ONU, 2022). Este aumento significativo em relação às décadas anteriores reflete uma tendência global de urbanização acelerada. Contudo, esse crescimento urbano muitas vezes ocorre de maneira desordenada, trazendo à tona uma série de desafios, sendo a segregação espacial uma das consequências mais críticas.

Entre os grupos responsáveis pela produção do espaço urbano, conforme destacado por Corrêa (2000), estão os agentes socialmente excluídos. Esses grupos, embora muitas vezes marginalizados e desconsiderados pelo poder público, desempenham um papel fundamental na dinâmica de transformação e crescimento das cidades. A exclusão que enfrentam não diminui sua capacidade de moldar o espaço urbano, seja por meio da ocupação informal ou pela criação de redes de solidariedade.

Ainda segundo Corrêa (2000) no contexto do espaço urbano, "redes de solidariedade" referem-se às conexões sociais e coletivas criadas por grupos socialmente excluídos para suprir carências e enfrentar adversidades. Essas redes envolvem trocas de apoio, como ajuda mútua, compartilhamento de recursos e organização comunitária, permitindo que esses grupos se enfrentem a exclusão e promovam transformações no espaço urbano por meio de estratégias coletivas.

Conforme Juliano e Yunes (2014), as redes de solidariedade, concebidas como redes de apoio social, desempenham um papel fundamental como mecanismos de proteção e promoção da resiliência em indivíduos e comunidades. Essas redes oferecem suporte emocional, instrumental e informacional, ajudando as pessoas a enfrentar adversidades e construir estratégias para superar desafios sociais e econômicos. Além disso, os autores destacam que essas redes não apenas mitigam os impactos negativos de contextos adversos, mas também fortalecem o senso de pertencimento e as capacidades coletivas, criando um ambiente propício para o desenvolvimento humano e comunitário sustentável.

No entanto, a falta de políticas públicas adequadas frequentemente resulta em um processo de urbanização excludente, que reforça desigualdades e prejudica a qualidade de vida. Ribeiro (2003) destaca a existência de inúmeras experiências de territorialização de políticas públicas no Brasil. Ele aponta a falta de análises sistemáticas que possam fornecer aos formuladores e gestores instrumentos eficazes para monitorar e avaliar as intervenções realizadas, limitando a capacidade de aperfeiçoar essas políticas de maneira estratégica e eficiente. Reconhecer e valorizar as demandas sociais, econômicas e ambientais desses grupos sociais excluídos é crucial para a construção de um planejamento urbano mais inclusivo e sustentável.

O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado em 2009, foi uma iniciativa do Governo Federal com o objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro, promovendo moradias acessíveis para famílias de baixa renda. O programa foi estruturado em faixas de renda, priorizando famílias com menor poder aquisitivo, que receberam subsídios diretos ou condições de financiamento diferenciadas. Além disso, buscava estimular o setor da construção civil e gerar emprego e renda. Apesar de seus avanços na oferta de habitação popular, o programa trouxe desafios, como a localização periférica de muitas unidades, a ausência de infraestrutura urbana adequada e a dificuldade de integrar os beneficiários ao tecido urbano (CARDOSO, 2013).

Segundo Maricato (2011), a expansão desordenada das cidades brasileiras tem levado ao surgimento e à ampliação de grupos sociais excluídos e à formação de áreas de segregação urbana. Esse fenômeno é evidenciado pela criação de bairros periféricos e favelas, onde a infraestrutura e os serviços básicos são frequentemente insuficientes ou inexistentes. A segregação do meio urbano resulta em desigualdades marcantes, afetando o acesso a serviços de saúde, educação e oportunidades de emprego para os moradores dessas áreas.

Os problemas urbanos manifestaram-se inicialmente nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a concentração de população e a falta de planejamento urbano levaram ao surgimento de favelas e áreas de vulnerabilidade. De acordo com o geógrafo Santos (1993), essas questões não se restringiram apenas às grandes metrópoles, mas também se espalharam para cidades médias e pequenas. O crescimento desordenado e a segregação espacial tornaram-se características comuns em muitas áreas urbanas do Brasil.

Villaça (2011) apresenta avanços inovadores para a compreensão da segregação urbana, especialmente ao destacá-la como um reflexo direto das desigualdades sociais e econômicas. O autor critica os estudos tradicionais que isolam a segregação de sua conexão com a totalidade social, como os aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Segundo ele, é essencial compreender que a segregação urbana não é apenas uma questão espacial, mas também um mecanismo de dominação que reforça as desigualdades.

O autor propõe que as análises modernas evitem a mera denúncia ou medição da segregação, articulando-a com as dinâmicas estruturais que moldam o espaço urbano. Dessa forma, Villaça argumenta que sem considerar as conexões entre segregação e as estruturas de poder, os estudos permanecem incompletos e incapazes de explicar as causas e os efeitos desse aspecto no tecido urbano.

Pontos fundamentais destacados por Carlos (2020) que a produção do espaço urbano envolve níveis diferentes na produção geral da sociedade são três dimensões interconectadas. A primeira é o papel do Estado, que exerce domínio político ao organizar e controlar o território, estruturando a vida social por meio de políticas públicas e regulamentações. A segunda dimensão é a do capital, que utiliza o espaço urbano como instrumento de reprodução econômica, valorizando o solo e desenvolvendo infraestrutura para melhorar os ciclos de acumulação e circulação de capital.

Por fim, há o plano social, no qual o espaço urbano se torna o lugar da vida cotidiana, onde se concretizam como necessidades e os desejos humanos, promovendo a criatividade e a interação social. Essas dimensões se influenciam mutuamente, e seu desequilíbrio, como a prevalência do capital sobre as demandas sociais, resulta em desigualdades e exclusão

Piquet (2007) destaca que o espaço geográfico reflete os processos econômicos e sociais que ocorrem em um território, ou seja, a maneira como as atividades econômicas e as relações sociais se organizam e se distribuem influencia diretamente a configuração espacial de uma área. Além disso, o espaço não é apenas um produto passivo desses processos, mas também exerce uma influência significativa sobre eles, moldando e reorganizando as dinâmicas sociais e econômicas ao longo do tempo. Dessa forma, há uma relação de retroalimentação entre o espaço e os processos sociais e econômicos.

Dentre as várias problemáticas que surgem com o aparecimento de locais de vulnerabilidade e a segregação, cabe destacar os estigmas e preconceitos sofridos por essas pessoas que se encontram em fragilidade social. O aumento da criminalidade nesses locais é notório. Dos Santos (2021, p. 75 tradução nossa)⁴ afirma: “Ao levar em conta a forma marginal de integração dos pobres urbanos num contexto de cidades mercantis, observam-se dois pontos fundamentais que conduzem ao surgimento de instituições paralelas e à motivação para a participação em práticas criminosas.”

Sob esta perspectiva, o primeiro ponto destacado por ela é que os grupos marginalizados, apesar de compartilharem as mesmas expectativas e aspirações que o restante da sociedade, enfrentam barreiras materiais e simbólicas que dificultam sua plena integração. Essas barreiras incluem a falta de recursos financeiros, o acesso limitado a oportunidades de emprego, educação e serviços básicos, além de estigmas sociais que reforçam sua exclusão. Com relação ao segundo ponto a autora menciona o isolamento social também como um fator crucial. A falta de integração desses grupos no tecido social mais amplo não apenas os exclui das oportunidades, mas também os coloca em uma posição em que as instituições formais são inacessíveis ou ineficazes para eles.

A segregação urbana não se limita a reflexões socioeconômicas; ela também contribui para a reprodução e agravamento desses ciclos de exclusão social. Como sugerido por Ribeiro (2003), para enfrentar esses desafios, é essencial integrar disciplinas urbanas que utilizem ferramentas como mapas sociais e análises atualizadas das dinâmicas territoriais. Isso permitiria não apenas melhorar a infraestrutura e os serviços urbanos, mas também promover maior coesão social e mitigar as desigualdades que reforçam a fragmentação do espaço urbano. Somente por meio de um planejamento urbano inclusivo será possível reverter o cenário de exclusão que persiste nas cidades.

⁴Al tener en cuenta la forma marginal de integración de los pobres urbanos en un contexto de ciudades mercantilizadas, se observa dos puntos propicios fundamentales al surgimiento de institucionalidades paralelas y de motivación a la participación en prácticas delictivas (Dos Santos, 2021)

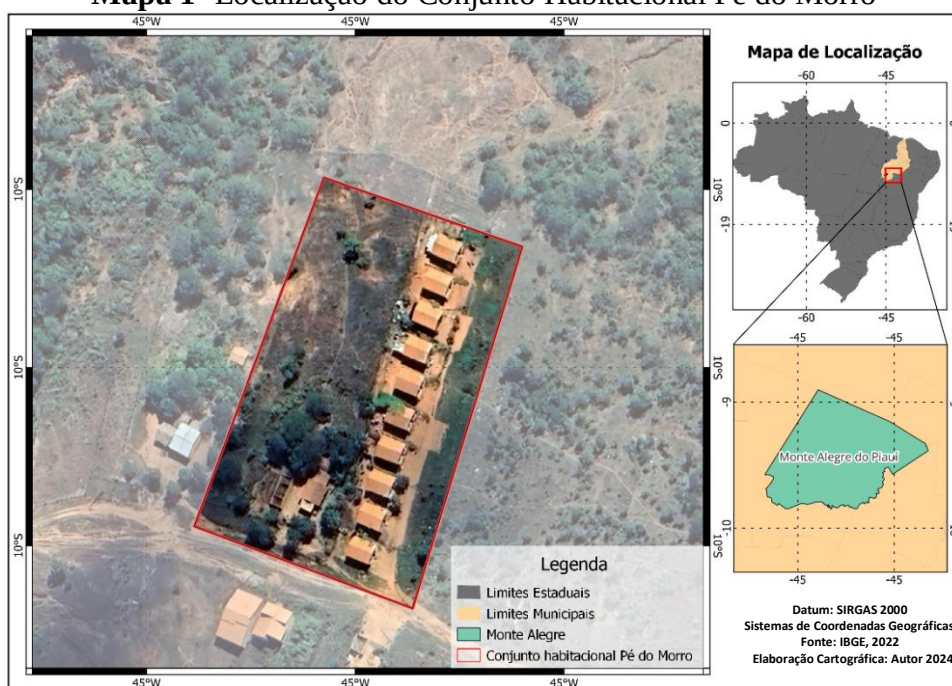
3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi conduzido no município de Monte Alegre do Piauí, especificamente no Conjunto Habitacional Pé do Morro (Mapa 1). Quando as obras do conjunto foram iniciadas, a área foi localizada fora do perímetro urbano da cidade, configurando-se como uma zona isolada em relação ao tecido urbano principal. No entanto, com a atualização da Lei de Perímetro Urbano (2021), o conjunto passou a ser oficialmente integrado ao espaço urbano da cidade. Essa mudança teve implicações importantes, tanto em termos de planejamento territorial quanto na oferta de serviços públicos, refletindo a expansão e reorganização do espaço urbano local.

O município de Monte Alegre do Piauí localiza-se no extremo sul piauiense à 567 km da capital Teresina. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui uma população de 10.660 habitantes, uma densidade demográfica de 4,41 habitantes por km² e apresenta um clima tropical subúmido quente. O conjunto habitacional foi criado para atender à demanda de moradia para grupos em situação de vulnerabilidade social. O projeto teve início em 2011, e tinha como meta a construção de 100 residências. No entanto, foi abandonado antes da conclusão, deixando apenas 10 residências inacabadas.

Mapa 1- Localização do Conjunto Habitacional Pé do Morro



3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi norteado por uma pesquisa descritiva e exploratória com enfoque quantitativo e qualitativo. Segundo Gil (2010), a pesquisa descritiva consiste em explicar fenômenos ao abordar e analisar aspectos específicos, com o objetivo de identificar fatos que contribuam para a sua ocorrência. Esse tipo de pesquisa busca entender o porquê dos acontecimentos por meio da observação e reconhecimento da realidade que os envolve. Nesse contexto, a pesquisa é descritiva porque busca analisar e descrever as condições de

infraestrutura básica, serviços públicos e os impactos ambientais e sociais no Conjunto Habitacional.

Por outro lado, a pesquisa exploratória visa avaliar os impactos da segregação urbana, uma área que pode não ter sido amplamente investigada no contexto específico do Conjunto Habitacional. Além disso, a pesquisa envolve a análise de dados concretos sobre infraestrutura e serviços (quantitativo), bem como uma avaliação dos impactos sociais e ambientais, incluindo percepções, saúde e bem-estar dos moradores (qualitativo). Para a obtenção de dados sobre as condições e a análise da infraestrutura do conjunto habitacional, bem como os problemas ambientais presentes no local, foram utilizados diversos métodos de pesquisa.

Primeiro, elaborou-se um check-list detalhado, que orientou a observação dos principais aspectos de infraestrutura, como saneamento, abastecimento de água, pavimentação, e acesso a serviços básicos. As visitas de campo foram realizadas em duas ocasiões, nos dias 4 e 13 de agosto de 2024, durante as quais foram registradas informações in loco. Esses registros incluíram observações diretas, capturas fotográficas das áreas críticas, e anotações sobre as condições encontradas. Além disso, foram obtidas imagens de satélite para complementar a análise espacial e fornecer uma visão macro dos problemas ambientais, como áreas de degradação ou riscos de inundações. A pesquisa também incluiu a busca de dados complementares em fontes secundárias, como o site do IBGE, para contextualizar as informações coletadas no campo e fornecer um panorama mais amplo sobre o conjunto habitacional em estudo.

Realizou-se uma revisão da literatura sobre temas essenciais para a compreensão do contexto urbano em análise, incluindo segregação socioespacial, processos de urbanização, saneamento básico, e impactos ambientais. Além disso, foram coletadas informações junto ao setor de saúde responsável pela área de estudo, proporcionando uma perspectiva local e atualizada das condições de saúde e ambientais. A pesquisa também incluiu a análise de documentos municipais relevantes, como a Lei de Parcelamento do Solo e a Lei Orgânica e o plano de saneamento básico, que são auxiliares para o desenvolvimento urbano e a gestão territorial no município. Esses elementos juntos formam a base teórica e normativa que sustentou a investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas no Conjunto Habitacional um total de 10 residências (Foto 1), todas atualmente ocupadas de forma irregular. As construções tiveram início em 2011, com o propósito de servir como moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade. Embora algumas dessas pessoas tenham passado por uma avaliação pela equipe gestora do projeto, nunca foram informadas sobre o andamento do processo. Com o passar dos anos, as poucas residências que permaneciam inacabadas acabaram sendo abandonadas, resultando em invasões ou no sucateamento das estruturas.

O projeto consistia na construção de 100 residências por meio do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com parceria entre o poder público federal e uma empresa terceirizada. Contudo, as investigações revelaram que o município não possuía controle ou informações fornecidas sobre a execução da obra. O único registro encontrado foi um documento que identifica a empresa responsável pela construção, a B. A. S. Incorporadora e Construção Civil e Comércio Ltda, sem detalhes adicionais sobre o andamento ou a gestão do projeto.

Foto 1 – Conjunto Habitacional Pé do Morro



Fonte: Autor (2024)

A Tabela 1 apresenta os dados do checklist das condições de infraestrutura, serviços públicos, e impactos ambientais e sociais no Conjunto Habitacional Pé do Morro.

Tabela 1 – Checklist de Avaliação das Condições de Infraestrutura, Serviços Públicos e Impactos Ambientais e Sociais no Conjunto Habitacional Pé do Morro

Área de análise	Aspectos a verificar	Observações
Saneamento Básico	Existência e funcionamento de redes de esgoto	Rede de esgoto inexistente; dejetos descartados em fossas rudimentares ou em terrenos baldios próximos.
	Frequência e qualidade da coleta de lixo	Coleta de lixo prevista para três vezes por semana, mas ocorre apenas uma vez, de forma irregular, segundo moradores.
	Presença e manutenção de drenagem urbana	A rede de drenagem é inexistente, o terreno é irregular e carece de pavimentação
	Regularidade do fornecimento de água potável	Fornecimento irregular em períodos de seca; relatos de falta de água são recorrentes.
Transporte	Disponibilidade de transporte público no Conjunto Habitacional	Existe apenas o transporte escolar.
	Acessibilidade das rotas de transporte	Ruas sem pavimentação, ônibus não adaptados para pessoas com deficiência e ausência de paradas.
	Problemas de mobilidade e acesso para grupos vulneráveis	Moradores idosos e com necessidades especiais enfrentam dificuldades para se locomover.
Acesso a Serviços de Saúde	Proximidade e capacidade dos serviços de saúde disponíveis	Inexistência de unidade de saúde próxima; moradores dependem do hospital da cidade que fica a 3km

	Qualidade do atendimento e disponibilidade de profissionais	Visitas do agente de saúde mensais; frequência de doenças respiratórias e crônicas; falta de médicos especialistas.
	Programas de saúde pública direcionados às necessidades da população local	Ausência de programas específicos para controle de doenças endêmicas.
Acesso à Educação	Proximidade de escolas e instituições educacionais	Escola mais próxima a 2 km.
	Capacidade e qualidade das escolas locais	Escolas com alta ocupação, falta de recursos didáticos e infraestrutura adequada.
	Barreiras de acesso à educação (transporte, infraestrutura escolar)	Existe transporte escolar regular; problemas estruturais na escola, como vazamentos e falta de segurança.
Poluição	Níveis de poluição do ar, água e solo	Poluição do ar elevada por lixo a céu aberto, esgoto e queimadas frequentes; má drenagem do esgoto afeta o solo e aumenta o risco de doenças por vetores.
	Fonte principal de poluição (descarte irregular de resíduos)	Descarte irregular de resíduos sólidos em áreas baldias e vias públicas, menos de 10 metros das residências.
Degradação Ambiental	Existência de áreas degradadas (terrenos baldios, falta de áreas verdes)	Áreas degradadas por extração de minério; acúmulo de lixo e mato próximo às residências; ausência de áreas verdes.
	Impactos da falta de infraestrutura ambiental (enchentes, erosão)	Erosão visível nas encostas próximas às construções.
	Conservação e manutenção de áreas verdes e parques	Ausência de parques e praças locais.
Saúde e Bem-Estar dos Moradores	Prevalência de doenças relacionadas à má qualidade ambiental (doenças respiratórias, etc.)	Alta incidência de doenças respiratórias, especialmente em crianças, devido à poluição e umidade elevada.
	Efeitos da segregação espacial na qualidade de vida (segurança, coesão social)	Índice de criminalidade; falta de espaços comunitários para integração social.
	Impactos psicológicos e sociais decorrentes da segregação e exclusão urbana	Relatos de estresse e ansiedade entre os moradores, associados à sensação de insegurança e isolamento

Fonte: Autor

O sistema de tratamento de esgoto foi classificado como “inexistente” nas observações do check-list, principalmente devido ao escoamento a céu aberto (Foto2). Essa condição inadequada resulta em sérios riscos para a saúde pública e o meio ambiente. O crescimento acelerado das cidades, muitas vezes sem um planejamento adequado, levou à ocupação de áreas sem infraestrutura de saneamento básico. Como resultado, muitas comunidades urbanas enfrentam o grave problema de esgoto a céu aberto, devido à falta de acesso a sistema de coleta e tratamento de esgoto.

Além disso, as desigualdades socioeconômicas agravam ainda mais essa situação, tornando acesso ao saneamento adequado um desafio significativo para essas populações Almeida *et al.* (2020). O esgoto exposto, sem o devido tratamento, favorece a proliferação de doenças, como leptospirose e outras infecções transmitidas por meio da água contaminada. Além disso, essa prática compromete a qualidade do solo e das águas subterrâneas, gerando impacto ambiental significativo e perpetuando um ciclo de degradação que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Foto 2 – Esgoto nas ruas e dispostos em fossa rudimentar



Fonte: Autor (2024)

A coleta de resíduos, realizada dois dias na semana foi considerada como “Irregular”, pois não supre a demanda (Foto 3). De acordo com Almeida *et al.* (2020) a produção e a coleta de lixo humano estão intimamente ligadas à saúde pública e a preservação ambiental. Quando os resíduos não são adequadamente recolhidos e acabam sendo descartados em locais inadequados, especialmente a céu aberto, criam condições favoráveis para proliferação de vetores que transmitem doenças como dengue, Zika vírus, malária e leptospirose, além de poluir o solo, o ar e a água.

Nesse sentido, mesmo que haja essa coleta de resíduos, o descarte irregular é um ponto negativo para a saúde da população. Além de afetar a saúde pública e o meio ambiente, o acúmulo de lixo em locais inadequados, como terrenos baldios e áreas urbanas, compromete a estética das cidades, causando desconforto e desvalorizando o espaço urbano.

Foto 3– Resíduos sólidos

Fonte: Autor (2024).

O Conjunto Habitacional apresenta sérias deficiências no que se refere às condições dos elementos de drenagem urbana (Foto 4). Atualmente, não há qualquer estrutura de drenagem instalada, o que aumenta o risco de alagamento e erosões, especialmente em período de chuvas intensas. A falta de drenagem adequada compromete a qualidade vida dos moradores, potencializando o problema de saneamento e dificultando o tráfego de pedestres e veículos.

Conforme destacado por Opas (2020), a falta ou ineficiência de drenagem urbana pode causar sérios problemas para a população, como inundações e alagamentos, que levam a mistura das águas pluviais com resíduos sólidos e esgotos sanitários. Esses cenários cria um ambiente propício para o surgimento de doenças relacionadas adeficiências na prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Foto 4 – Falta de pavimentação nas ruas do conjunto

Fonte: Autor (2024).

As formas de poluição presentes no local são bastante visíveis e requerem atenção urgente (foto 5). O descarte irregular de resíduos sólidos, incluindo materiais cortantes como garrafas de vidro, ocorre em terrenos situados a menos de 10 metros das residências. Além disso, a coleta de lixo é irregular, agravando a situação. O esgoto proveniente dos banheiros domésticos é lançado diretamente nas ruas, sem qualquer tipo de canalização ou tratamento. Também são comuns as queimadas em terrenos próximos, tanto para a limpeza dos lotes quanto para a queima de lixo, contribuindo ainda mais para a degradação ambiental.

Foto 5– Poluição por queimadas e descarte de resíduos



Fonte: Autor (2024).

Em relação aos processos de degradação ambiental, ressalta-se que ocorrem próximo ao conjunto habitacional Pé do Morro. Esse local apresenta paisagens erodidas (Foto 6), denominadas regionalmente pelos moradores de grotas e os detritos avermelhados são denominados Toá. Os processos de erosão na área de estudo são causados por diferentes fatores (Silva, 2021).

Este autor, ao investigar o fenômeno e destaca que a litologia friável (embasamento sedimentar), períodos de chuvas torrenciais e dinâmica processual atuam na origem desse processo, denominado de Toalização, um conceito elaborado recentemente, a partir das toponímias regionais, das características da paisagem e do conhecimento da população.

Foto 6– Erosões nas proximidades do conjunto habitacional



Fonte: Autor(2024).

A precariedade e o abandono das condições de vida no conjunto habitacional não apenas comprometem a segurança e a saúde pública, mas também criam um ambiente que, aos olhos externos, é estigmatizado como um "espaço problemático". Esse estigma social recai sobre os moradores, dificultando sua interação com o tecido urbano mais amplo e promovendo percepções de insegurança e exclusão. O estigma se intensifica porque o local está associado a altos índices de criminalidade, muitas vezes resultante de uma marginalização social e econômica que facilita o surgimento de atividades informais e, por

vezes, ilegais. A falta de oportunidades e de apoio social e estatal para a inclusão dessas pessoas acaba por perpetuar um ciclo de exclusão e vulnerabilidade.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído em fevereiro de 2024, está prevista a manutenção da infraestrutura e dos equipamentos públicos no Conjunto Habitacional Pé do Morro. Contudo, essa responsabilidade só será plenamente assumida pelo Poder Público após a entrega definitiva do conjunto, o que ainda não ocorreu. Até o momento, a infraestrutura do local, incluindo o saneamento e outros serviços essenciais, permanece em condições precárias, sem a regularização necessária para que a gestão municipal possa assumir a operação e manutenção.

O plano estabelece um cronograma de execução escalonado, priorizando ações emergenciais e de curto prazo em áreas consideradas mais críticas, como o conjunto habitacional. As metas incluem a universalização do acesso a serviços essenciais, como redes de esgoto, abastecimento de água e manejo de resíduos sólidos, além de intervenções que visam melhorar as condições de vida da população residente e garantir a sustentabilidade da ocupação urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado no Conjunto Habitacional Pé do Morro, em Monte Alegre do Piauí, revela a gravidade das deficiências estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores, com destaque para a alarmante falta de saneamento básico. A inexistência de uma rede de esgoto eficiente, a utilização de fossas rudimentares e o descarte indiscriminado de dejetos em terrenos baldios são práticas que expõem a população a sérios riscos sanitários e ambientais.

Essas condições não apenas comprometem a saúde pública, favorecendo a proliferação de doenças como leptospirose e outras infecções de veiculação hídrica, mas também perpetuam um ciclo de degradação ambiental que dificulta qualquer perspectiva de desenvolvimento sustentável na região.

Além disso, a precariedade no abastecimento de água e a coleta irregular de resíduos sólidos agravam ainda mais a situação, criando um ambiente propício para a proliferação de vetores de doenças e a contaminação do solo e das águas subterrâneas. A falta de infraestrutura adequada no conjunto habitacional reflete uma negligência histórica na aplicação de políticas públicas voltadas para a inclusão socioespacial das comunidades mais vulneráveis, evidenciando a necessidade urgente de intervenções que priorizem a universalização do saneamento básico.

Este cenário destaca a urgência de um planejamento urbano que integre soluções sustentáveis e eficazes para a melhoria das condições de vida, especialmente no que se refere ao saneamento. A implementação de políticas públicas robustas, voltadas para o fortalecimento da infraestrutura sanitária e ambiental, é imperativa para reverter a atual situação de exclusão e marginalização. Somente através de um compromisso efetivo com a promoção do bem-estar social e a sustentabilidade será possível garantir que áreas como o Conjunto Habitacional Pé do Morro sejam integradas de maneira digna e segura ao tecido urbano, assegurando assim um futuro mais justo e saudável para todos os seus moradores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; COTA, A. L. S.; RODRIGUES, D. F. **Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 3857-3868, 2020. Disponível em: SciELO - Brasil - Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2024

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Geosp – Espaço e Tempo** (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180>.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 125-132.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. Editora Ática. S.A. São Paulo, 2000.

DE ALMEIDA, G. G. F.; DA SILVEIRA, R. C. E.; ENGEL, V. **Coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos: contribuição ao debate da sustentabilidade ambiental**. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, v. 12, n. 2, p. 289-310, 2020. Disponível em: Collection and Recycling of Solid Urban Waste: Contribution to Debate Ambiental Sustainability | Future Studies Research Journal: Trends and Strategies (futurejournal.org) Acesso em: 21 de agosto de 2024.

DOS SANTOS, C. R. C. Reflexiones sobre las ciudades, la pobreza, la política y sus límites y la influencia en los espacios vulnerables. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 1, p. 56-84, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados: Monte Alegre do Piauí*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/monte-alegre-do-piaui.html>. Acesso em: 15 de Novembro de 2024.

JULIANO, MCC; YUNES, MAM. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, 2014.

MALOUTAS, Thomas; FUJITA, K. **Residential Segregation in Comparative Perspective: Making Sense of Contextual Diversity**, 2012

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

OPAS.(2020). **Organização Pan-Americana da Saúde: Drenagem** Disponível em: < https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=385:drenagem&Itemid=685#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20a%20falta%20de,como%20a%20leptospirose%2C%20diarr%C3%A9ias%2C%20febre > Acesso em: 21 de agosto de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Perspectivas de Urbanização Mundial: A Revisão de 2022. Nova York: Nações Unidas, 2022. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>. Acesso em: 05 de Agosto de 2024.

PIAUÍ. **Decreto n. 489/2021, de 27 de abril de 2021.** Dispõe sobre os limites da zona urbana do Município de Monte Alegre do Piauí e de outras providências.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo.** 2007.

REARDON, S. F.; BISCHOFF, Kendra. *Income Inequality and Income Segregation.* American Journal of Sociology, 2011. Disponível em: <https://cepa.stanford.edu/sean-reardon/publications>. Acesso em: 27 de Novembro de 2024.

RIBEIRO, L. C. Q. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 6, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito:** São Paulo, espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, I. A. S. (2021). **Paisagens vermelhas do Piauí:** dinâmicas naturais, erosividade das chuvas e o mito da desertificação.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 25, p. 37-58, 2011.